

Entrevista Nº 135

Entrevistado: Antônio Carlos Leite Penteado

Cargo: Titular do 7º Ofício Do Registro de Distribuição

Data: 3 de maio de 2007

Local: 7º Ofício do Registro de Distribuição

Duração: 63 minutos

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha da Silveira e Regina Célia

Souza de Lemos

Levantamento Roteiro: Jorge Luís Rocha da Silveira

Sumário: Adeir Barbosa Lemos



Sumário

Ingresso no 22º Ofício de Notas do Distrito Federal no fim de novembro de 1949. Início da vida profissional. Funções desempenhadas. Trabalho no 3º Ofício de Registro de Distribuição ainda na condição de datilógrafo. Definição das funções de bagrinho. Indicação para submeter-se à prova de habilitação na Corregedoria. Em 1957.

Nomeado para o cargo de Escrevente Juramentado pelo Presidente da República. Designado para exercer a função do substituto até o ano de 1960. Nomeado Escrivão da Sétima Vara Cível pelo governador José Vicente Câmara. Período de permanência nessa Câmara. Outros locais onde trabalhou, períodos correspondentes. As titularidades adquiridas. Período em que alcançou a primeira titularidade. Comentários sobre sua nomeação. A lei que instituiu a oficialização das varas cíveis. Requisito exigido para ser titular de cartório até 1934. A necessidade de uma emenda constitucional para a criação de outro requisito para aquisição da titularidade de cartório, razões e consequências.

Formatura em Direito (1960). A definição de titular. Os cargos não oficializados naquela ocasião. Particularidades de alguns cargos não oficializados. Referências ao Instituto de Estudos de Protestos e Títulos do Brasil. Cursos realizados nessa instituição e os respectivos professores. Os procedimentos adotados por aquele Instituto. Estados que desenvolvem esse tipo de trabalho: São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. Explicações sobre o funcionamento do serviço do Sétimo Ofício do Registro de Distribuição.

Comentários sobre o convênio do Instituto de Protestos com algumas entidades. Exemplo de convênio. Referências ao Condomínio Barra Golden Green. As consequências causadas pelo Protesto. Comentários sobre o Protesto. Lembranças do ingresso dos funcionários e juízes do antigo Distrito Federal. O primeiro concurso para funcionários. A figura do corregedor Hermano Cruz. Descrição do Judiciário do antigo Distrito Federal. Comentários sobre o aumento das varas cíveis e sobre a extinção da justiça federal de primeira instância. A oficialização instituída pela lei 489 em janeiro de 1964. Os casos de opção. Comentários sobre sua matrícula. Discussões acerca da aposentadoria compulsória. O direito de poder continuar contribuindo para o IPERJ. Recriação da justiça federal em 1966,

transformações ocorridas. Como era feita a primeira investidura do juiz nessa época. Novos comentários a respeito das transformações de competência das varas naquele período. Alguns juízes que optaram por ir para Brasília em virtude da transferência da capital. A carreira dos magistrados em Brasília. Comentários sobre a carreira da magistratura no antigo estado do Rio e na Guanabara. A situação dos funcionários na época da transferência da capital, comentários. Relato de sua ida a Brasília. As razões pelas quais os desembargadores do Distrito Federal não optaram por ir para a nova capital. Como foi feito o preenchimento das vagas em Brasília.

Referências aos territórios da época. O estado da Guanabara passou a arrecadar os impostos estaduais e municipais. A criação de um distrito estadual pela constituição de 88, comentários. Os governadores da Guanabara: Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas, esse foi o último governador daquele estado. O primeiro governador do novo estado do Rio de Janeiro: Faria Lima. A prosperidade da Guanabara em virtude da arrecadação dos impostos. As perdas causadas pela fusão dos dois estados. Opinião sobre a criação do estado da Guanabara. O desprestígio do Judiciário com a criação do novo estado do Rio de Janeiro e os critérios utilizados pelo governador Faria Lima.

Episódio ocorrido com o desembargador Hermano Cruz. Discussão sobre o não aproveitamento de alguns magistrados no momento da fusão. Comentários sobre os reflexos da fusão na carreira dos funcionários. O primeiro concurso para funcionários do Poder Judiciário após a fusão. A fusão e as dificuldades de ajuste nos quadros de funcionários. Esclarecimento sobre as tabelas de custos. O aumento de salários de acordo com os reajustes da inflação. Comentários sobre as consequências da inflação. Comparação entre o movimento de distribuição de títulos para protesto do Rio e São Paulo. Os reajustes da UFERJ. Novos comentários sobre a inflação. Discussão sobre os cartórios extrajudiciais. O papel do Ministério Público. A carreira do defensor público antes da fusão e no antigo Distrito Federal.

A importância do governador Lacerda para o Judiciário. A história do terreno antes da construção do Palácio da Justiça. Início da construção do prédio (em 1965, na administração do desembargador Garcez Neto). Período em que foi inaugurado (oito de dezembro de 1966, no governo de Negrão de Lima). Os recursos utilizados para a execução das obras. Como se dava a sucessão no Tribunal de Justiça do antigo estado do Rio de Janeiro. A carreira de desembargador no antigo estado do Rio de Janeiro. Atuou como assessor do desembargador Luiz Antônio de Andrade. Desembargadores com quem trabalhou mais diretamente.

Relatos de passagem pelo interior do estado do Rio. Cargo e função que motivaram as disputas entre funcionários dos dois estados na época da fusão. Aprovação do Livro I e Livro II do CODJERJ. Comentários sobre o Livro III. A figura de Pedro Steele e Arnaldo Duarte. A quantidade de tabelionatos existentes em alguns lugares na época da fusão. Razões da criação desses cartórios e as disputas de atribuições entre eles. Explicação sobre a contratação dos funcionários pelos titulares de cartórios extrajudiciais do antigo estado do Rio e da Guanabara.

O sistema de contribuição e aposentadoria dos funcionários do antigo estado do Rio de Janeiro. O papel do GEFIC (Grupo Especial de Fiscalização Cartorária) lá no estado do Rio. Comentários a respeito da aposentadoria do titular, do substituto e do escrevente também daquele estado. A fiscalização dos cartórios extrajudiciais pela Corregedoria em vários aspectos. A obrigatoriedade da correição ordinária. Discussão sobre o DEIAC. Comentários sobre a correição extraordinária. O Decreto 220 e suas implicações. A atual situação dos seus funcionários cuja matrícula é 06. Como era feita a aquisição de funcionários do extrajudicial antes e depois de 88 e os critérios a serem obedecidos. Opção para continuar sendo funcionário do extrajudicial. A autonomia do entrevistado para colocar os seus funcionários à disposição da Corregedoria. A amizade com Desembargador Luís Antônio de Andrade, o primeiro presidente do TJ do Estado da Guanabara.

Coordenador de um dos primeiros concursos públicos em 1976. O primeiro concurso para titular feito por Carlos Lacerda para o Décimo Primeiro Ofício do Registro de Notas. Candidato aprovado: Mauro Fontainha. Número de concursos para titular estabelecido pela constituição, comentários. Explicação sobre o Plano de Desativação elaborado pelo entrevistado enquanto presidente da ANOREG. O preenchimento das vagas para titular dos cartórios não oficializados antes da lei 489. Como era esse processo de preenchimento nos cartórios oficializados. Como se dava esse preenchimento no Distrito Federal.

Comentários sobre o regime dos funcionários de cartórios extrajudiciais da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro. Abolição da hereditariedade. Nomes de chefes do Poder Executivo que se destacaram na Guanabara e depois da fusão. A importância que o Poder Judiciário possuía no estado da Guanabara. A figura do governador Chagas Freitas. O advento do livro de folhas soltas e as melhorias ocorridas. As profissões eliminadas pelo progresso. Lembranças da máquina de datilografia. Agradecimentos e autorização da disponibilização da entrevista. Encerramento.